

Rendimento de parlamentar cai um terço sem o jeton

Brasília — A decisão de suspender as sessões extraordinárias do Congresso que não registrem a presença mínima regimental de um sexto dos deputados e senadores, tomada há dois meses pelo presidente do Senado, José Fragelli, reduziu em um terço os rendimentos líquidos dos parlamentares, mas atingiu também os funcionários, que tiveram os salários reduzidos na mesma proporção.

O corte dos jetons das sessões extraordinárias tornou Fragelli alvo de discursos inflamados no plenário e comentários irados nos corredores. "Se praga colasse, o Fragelli já estaria com a boca torta", comentou o deputado Marcelo Linhares (PDS-CE). Fragelli não quis falar ontem e mandou dizer que esta semana não receberá jornalistas.

Para os funcionários, a decisão de Fragelli foi injusta. "Estamos pagando pelos parlamentares que faltam ao trabalho", queixou-se um deles. Parte de seus rendimentos provém de gratificações percebidas sempre que há

sessões do Congresso — reuniões conjuntas da Câmara dos Deputados e do Senado — que Fragelli conduz como presidente do Senado.

Os funcionários da Câmara alegaram que a "gratificação legislativa" referente às sessões extraordinárias estava incorporada ao salário deles, a partir de uma resolução tomada pelo ex-presidente da Câmara, deputado Flávio Marclio. Para que os funcionários não tivessem os salários variando de acordo com o número de sessões extraordinárias, foi estabelecida uma média das sessões realizadas num mês. E era o valor referente a essa média que os funcionários recebiam como gratificação legislativa.

O funcionário Carlos Alberto Campos Velho, lotado na liderança do PDT, disse que ganhava Cz\$ 15 mil 600 líquidos. Com a decisão de Fragelli, seu salário de março baixou para Cz\$ 13 mil e o de abril ficou em Cz\$ 12 mil 100. "Enquanto o resto do povo teve o salário congelado, nós tivemos o nosso deflacionado", reclamou.